SEXUALIDADES E GÊNERO: BREVE ESTUDO ACERCA DA HOMOFOBIA E HETERONORMATIVIDADE

Larissa Siqueira de Alencar[1]

RESUMO: O presente artigo é uma pesquisa bibliográfica, trata da temática da sexualidade e gênero com enfoque nas relações de poder e na homofobia. Busca identificar a heteronormatividade e a homofobia enquanto dispositivos reforçadores dos princípios de normalidade afetivo-sexual, assim como uma breve conceituação dos termos. Concomitantemente, visa discutir o não reconhecimento das múltiplas sexualidades e como estas são direcionadas ao silenciamento e a marginalização. Por fim, o corpo, como *locus* da construção e identidade do sujeito, produto histórico-cultural e submetido às relações de poder e suporte visível desta, correlacionado a violência de cunho homofóbico.

PALAVRAS-CHAVE: Relações de poder. Homofobia. Heteronormatividade.

1 Introdução

Abordar sobre as sexualidades envolve muito mais que simplesmente pensar em desejos, afetividades, prazeres, abrange, do mesmo modo, discutir as relações de saber/poder construídas ao longo do tempo acerca da sexualidade e seu poder de estruturação e afirmação na vida das pessoas.

Ao se pensar sexualidades/identidades sexuais, é necessário compreender que não se refere apenas a uma dimensão biológica, questão pessoal, conjuntamente a estes, uma dimensão social, histórica, cultural e política, articulada a complexas e múltiplas instâncias sociais, estruturadas pelas relações de poder de uma sociedade. Implica a uma compreensão enquanto processos plurais, construídos ao longo de toda a vida dos sujeitos, de muitos modos, com diferentes representações, fantasias, desejos, afetividades. Nessa perspectiva, a concepção de uma sexualidade exclusivamente naturalizada é negada, conforme Louro (2000).

Cabe lembrar que neste trabalho a categoria identidade é baseada na perspectiva de um processo transitório, plural, fragmentado, fluido, instável e contingente, isto é, um mesmo sujeito pode ser portador de múltiplas identidades ao longo do tempo, rompendo com a imagem amplamente difundida de uma identidade engessada, natural, fixa e estável, desse modo, não tem associação ao discurso das "políticas de identidade". Para Louro (2001), essas

[1] Graduada em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 2013. Acadêmica do 7º semestre do curso de História da Universidade Católica Dom Bosco.

políticas seriam delimitações de fronteiras e formas de representação, fenômenos uniformes, uma afirmação discursiva e prática de determinada identidade.

2 As relações de poder e a sexualidade

A respeito das relações de poder, Foucault (2012a) afirma que não há como escapar do poder, pois este sempre estará presente, até mesmo naquilo que tenta lhe opor, assim, "o poder está em toda parte; não porque englobe tudo e sim porque provém de todos os lugares" (FOUCAULT, 2012a, p.103). Sua permanência, repetição e 'auto-reprodução' é o desencadear de um conjunto de instituições, contradições, relações e hegemonias sociais nas quais o poder se apoia. Um suporte móvel das múltiplas correlações de força gerado a cada instante em todas as relações desiguais.

Não se encontra exterior as relações sociais, pelo contrário, é imanente, condição interna das desigualdades, um poder exercido com uma série de objetivos, quer dizer, não há poder sem finalidades e propósitos, por isso, produzem alvos e consequentemente discursos de verdade articulando o poder e o saber.

Entretanto, os discursos provenientes das relações de poder devem ser encarados como segmentos descontínuos e dinâmicos, atendendo estratégias diferenciadas, de acordo com finalidades, o lugar de onde se fala e o contexto. Ao mesmo tempo em que esse discurso é efeito e instrumento de poder, o qual produz, veicula e reforça, igualmente pode ser enfraquecido e desarticulado.

Referente às relações de poder e a sexualidade, Foucault (2012a) destaca ser um dos elementos dotado de maior instrumentalidade, maior número de ações articuladas às variadas estratégias, como a tentativa por diversos meios de reduzir o sexo à função reprodutora, a forma heterossexual legitimada apenas no matrimônio, sem mencionar os dispositivos específicos de saber e poder produzidos a respeito com intencionalidade de atingir coerência e eficácia.

Um exemplo seria a histerização do corpo da mulher, um corpo qualificado e desqualificado como saturado de sexualidade, integrado a uma patologia intrínseca, ligado ao campo das práticas médicas, articulado ao social e espaço familiar, vida das crianças e do marido, "a Mãe, com sua imagem em negativo que é a "mulher nervosa", constitui a forma mais visível desta histerização" (FOUCAULT, 2012a, p.115).

Outro modelo foi a psiquiatrização do prazer "perverso", submissão do instinto sexual a um reducionismo e isolamento ao instinto biológico e psíquico autônomo, implicando em

um processo de normalização e patologização de toda conduta ao gerar no interior dos quais uma técnica corretiva para qualquer "anomalia".

A tentativa de assumir determinado controle e formular um saber conduzia a uma produção da própria sexualidade. Considerada uma "invenção", construção social e histórica, a qual buscava por meio de discursos, normatizações e enunciados científicos estabelecer verdades para a articulação e construção de uma política e tecnologia do sexo.

> É por isso que no século XIX a sexualidade foi esmiuçada em cada existência, nos seus mínimos detalhes; foi desencavada nas condutas, perseguida nos sonhos, suspeitada por trás das mínimas loucuras, seguida até os primeiros anos da infância, tornou-se a chave da individualidade. [...] Mas vêmo-la também tornar-se tema de operações políticas, de intervenções econômicas, de campanhas ideológicas de moralização ou responsabilização: é empregada como índice da força de uma sociedade, revelando tanto sua energia política, como seu vigor biológico (FOUCAULT, 2012a, p.159).

Dentro dessa política, foi organizada uma série de táticas combinando em diferentes extensões o objetivo da disciplina dos corpos e regulação da população. A sexualidade, alvo central de um poder, vai se estruturar em torno da gestão da vida, idéia da necessidade de sempre retomar o controle para que este não o escape. "A sexualidade [...], encontra-se do lado da norma, do saber, da vida, do sentido, das disciplinas e das regulamentações" (FOUCAULT, 2012a, p.161).

Ao normatizar, fixar parâmetros às sexualidades, o principal objetivo seria a generalização, naturalização e estabelecimento de uma referência para todos os sujeitos e para todo o campo de estudo, tornando as outras formas de sexualidade peculiares, anormais e antinaturais (LOURO, 2000).

A fixação cultural de uma referência agregou a qualidade de "normal", "natural" e passou a servir de contraste/comparação as demais, agora consideradas diferentes, desse modo, umas passam a gozar de legitimidade, privilégios e autoridade enquanto as outras são configuradas de ilegítimas, desviantes e alternativas.

A relativização das referências empregadas na definição do que é "normal" implica numa percepção de que nenhuma identidade é natural, mas sim, produto histórico-cultural. Isto permite observar como determinada cultura investe na montagem e formulação de uma forma de vida ideal atribuída apenas a uma das sexualidades, a heterossexual.

Ampliando a discussão, há também uma normalização das identidades de gênero, o que caracteriza ser masculino e seu oposto, o feminino. Mas ambos, articulados, formam uma sexualidade "normal" e correspondem ao papel de homem e mulher estabelecida pela

sociedade. A noção de que homem e mulher "de verdade" devem ser heterossexuais e estimulados para tal e qualquer manifestação, indício de atração por alguém do mesmo sexo deve ser reprimido.

A sexualidade assume hoje em dia, nas sociedades modernas ocidentais, um papel de centralidade, campo onde "não se aceita mudanças, incertezas e dubiedades" (SEFFNER, 2011, p.46), vinculado a uma concepção de que saber a orientação sexual de alguém é conhecer o mais íntimo e verdadeiro sujeito, alcança um papel de comprometimento daquilo que se sabe acerca do indivíduo. Nessa ótica, quando indivíduos se assumem homossexuais, é necessário uma "releitura" do sujeito, atribuindo uma noção de "essência alterada", desvinculada do seu "verdadeiro sexo".

A normalidade não precisa dizer de si, pois é evidente. Logo, a invisibilidade da heterossexualidade reafirma a construção de uma identidade normal e principalmente naturalizada, não problemática e presumida. No entanto, aquela que se diferencia, foge a este padrão, se torna a visível, marcada e problemática, deste modo, as homossexualidades.

As variadas possibilidades de viver os desejos sexuais e afetivos propiciam uma diversidade nesse processo, formando novas e diversas sexualidades, como lésbicas, transgêneros, transexuais, bissexuais, gays, heterossexuais entre outros. E essas muitas possibilidades "desestabilizam", desarticulam antigas "certezas", discursos reguladores que produzem "verdades", possibilitando novas formas de estilo de vida, individualidades e subjetividades.

Na perspectiva de classificar os sujeitos, Louro (2000) afirma que as sociedades atribuem divisões e rótulos na finalidade de enrijecer e fixar os discursos, e suas respectivas identidades, conforme os contornos da fronteira entre a norma, aquelas de acordo com seus padrões culturais, e os que estão à margem, fora dessas, desconsideram a construção dos sujeitos em processos plurais e permanentes. Na tentativa de manter essa hierarquia, 'ordenamento', as redes de poder definem, separam, e de maneira violenta ou sutil, distinguem e discriminam.

3 Heteronormatividade e Homofobia

A sociedade envolvente articula-se de variados modos na tentativa de "fixar" uma identidade sexual normal e duradoura juntamente as identidades de gênero, ao estabelecer um único modelo não consideram a diversidade no exercício das sexualidades, silenciam aqueles não representados por esse ideal. Sustentam uma noção singular de sexualidade, apenas um

modo adequado, legítimo e sadio de vivenciá-la, conforme Goellner (2008). Desde muito cedo brincadeiras, gestos, apelidos e piadas são aprendidos para diminuir os que não se encaixam dentro desses discursos. Para aqueles (as) que se encontram com interesses/desejos divergentes desse padrão normativo, resta a segregação e o silêncio.

A heterossexualidade é acompanhada de uma rejeição da homossexualidade, como a homofobia, a qual gera uma grande resistência perante esses sujeitos, impossibilitando uma "manifestação aberta e pública de sujeitos e práticas não heterossexuais", (LOURO, 2000, p.82), promovendo uma discriminação, negação e marginalização da homossexualidade.

> É perceptível a afirmação das identidades [...] subjugadas na nossa sociedade. [...] Para aqueles e aquelas que se reconhecem nesse lugar, "assumir" a condição de homossexual ou de bissexual é um ato político e, nas atuais condições, um ato que ainda pode cobrar um preço alto da estigmatização (LOURO, 2000, p.84).

À vista disso, numa sociedade heteronormativa, os discursos construídos referente àqueles (as) que vivem sua sexualidade/afetividade com uma pessoa do mesmo sexo (homossexualidade), enfrentam um constante desafio de romper com esses estigmas e preconceitos que em grande parte servem de justificativa para perpetuar e até mesmo reconhecer práticas homofóbicas.

> Heteronormatividade ou norma heterossexual refere-se a um arsenal de valores, normas, dispositivos por meio do qual a heterossexualidade é instituída como a única possibilidade legítima e natural de expressão identitária e sexual (WARNER, 1993 apud JUNQUEIRA, 2009a, p.113).

Desse modo, qualquer prática sexual não reprodutiva é entendida como desvio, perversão, pecado, imoralidade, doença, aberração, baseado na crença da divisão binária e "natural" dos sexos, ideia de sexos e gêneros contrários. Essa sequência heteronormativa (sexo, gênero e orientação sexual) é estritamente vinculada à produção dos corpos, sujeitos e identidades sintonizados com a heterossexualidade, alimentando a homofobia, conforme Junqueira (2009a). Nega-se então a pluralidade das sexualidades, assim como suas singularidades, de acordo com Goellner (2009).

Esses discursos colaboram para que o reconhecimento de identidades masculinas e heterossexuais esteja vinculado à demonstração ou 'performance' de um afastamento em relação à feminilidade, homossexualidade e na contenção de manifestações de afeto, apreço e sim dispor de um inesgotável estoque de piadas e brincadeiras para depreciar o outro, em sua maioria, racistas, misóginas e homofóbicas, uma reprodução de comportamentos e gestos

autorizados para o "macho", ou seja, "afirmar em toda e qualquer circunstância sua virilidade" (BORDIEU, 2002, p.56).

A construção de uma masculinidade dentro das normas de gênero e da heteronormatividade se dá com altas doses de cerceamento, vigilância, reiterando um modelo hegemônico de masculinidade, ignorando as diversas possibilidades de constituir-se masculino, homem. Sem dúvida, esse processo de heteronormatividade se torna mais visível e mais intenso em relação ao gênero masculino, pois, desde a infância os meninos são foco de uma maior atenção na construção de uma sexualidade heterossexual. A expressão comumente utilizada "vira homem, moleque!", dão indicativos de algo a ser conquistado e defendido a cada momento da vida.

Já referente à sexualidade feminina, se meninas são visivelmente menos vigiadas, não representa uma maior tolerância as lésbicas, muito pelo contrário, é consequência de uma misoginia, silenciamento de seu corpo e sexualidade, submetendo a sexualidade feminina a um mero instrumento do desejo masculino, de acordo com Borillo (2010).

O binarismo, ser heterossexual ou homossexual, implica em uma dificuldade de aceitar a bissexualidade, enxergando essa outra forma de sexualidade como um disfarce para uma "real homossexualidade", concomitantemente, uma negação de aproximação, semelhança com a homossexualidade devido à forma estereotipada de que "todo gay é afeminado" e de que "toda lésbica é masculina". É perceptível que as questões referentes ao gênero somado as orientações sexuais é também um campo minado de preconceitos.

Vale lembrar que para Louro (2009) essa dicotomia heterossexualidade/homossexualidade não abarca a ideia das múltiplas sexualidades, pois aqueles que não se ocupam de nenhum desses polos, os transgêneros, bissexuais, travestis, drags, entre outros, faz com que essa epistemologia não de conta do atravessamento das fronteiras de gênero e da sexualidade. Enquanto que para Macrae (1990, apud Junqueira, 2009b), falar das homossexualidades é não restringi-las apenas ao gay e a lésbica, mas a diversidade de atos, desejos, sentimentos e auto-definições, articular de outro modo, sexo, gênero e sexualidade.

Certamente, a hegemonia da heterossexualidade dificulta o reconhecimento das diversas sexualidades como modos de vida afetiva e sexualmente legítima, de acordo com Becker (2005, apud Junqueira, 2009b). Nessa perspectiva, é possível notar que "determinadas relações de poder permitem que determinadas "verdades" (e não outras) apareçam" (LOURO,

2009, p.86). Assim, essa oposição entre as sexualidades são definidoras de práticas e sujeitos, necessitando uma da outra para se afirmarem e ganharem sentido.

> [...] A existência de um "nós-normais" não depende apenas da existência de uma "alteridade não normal", ou seja, é indispensável reiterar e legitimar a condição de marginalizado vivida pelo "outro" para afirmar, confirmar e aprofundar o fosso entre os "normais" e os "diferentes (SEFFNER, 2011, p.54).

A manutenção dessa hierarquia acontece pelo investimento contínuo e repetitivo do status de normalidade e naturalidade, por meio de diferentes estratégias e por diversas instâncias. As táticas, sutis ou não, reafirmam o fundamento de que os seres humanos nascem macho ou fêmea e que seu sexo, dentro de uma dessas categorias citadas, designa um dos dois gêneros possíveis, masculino ou feminino, guiado por uma única forma de desejos/afeto, restrito ao sujeito de gênero/sexo oposto ao seu, segundo Louro (2009).

Esse alinhamento, sexo, gênero e orientação sexual, sustentam o processo de construção e permanência da heteronormatividade. Seus discursos reafirmam esse padrão, entretanto, a discursos e práticas divergentes dessa estrutura, criados pelas próprias posições subordinadas, as chamadas "minorias sexuais", no intuito de alcançar avanços no campo midiático e jurídico.

A homofobia funciona como um dispositivo de reprodução da ordem social, sendo "a guardião das fronteiras tanto sexuais (hetero/homo) quanto de gênero (masculino/feminino)" (BORILLO, 2010, p.16). Por isso, os homossexuais não são as únicas vítimas da homofobia, da mesma forma, todos (as) aqueles (as) que de certo modo subvertem essa ordem dos gêneros, como os transgêneros, transexuais, "homens afeminados", sensíveis, isto é, todos (as) aqueles (as) que não correspondem aos seus papéis sociossexuais pré-estabelecidos. É o receio de uma valorização e reconhecimento dessas identidades, espécie de temor de um desaparecimento da fronteira e da hierarquia entre as sexualidades.

Uma das expressões da violência de gênero perceptíveis no dia a dia são as injúrias, insultos, brincadeiras e piadas, uma vez que existe uma superabundância de vocábulos pejorativas como gay, sapatão, invertido (a), bicha louca, baitola, boiola, pederasta, veado, marica, entre outros termos que denotam depreciação. São representações caricaturais na linguagem cotidiana tornando-os alvo de zombaria, suscetíveis a uma violência simbólica e até mesmo física. "Tais "brincadeiras" constituem poderosos mecanismos de objetivação, silenciamento, dominação simbólica, normalização, marginalização e exclusão" (JUNQUEIRA e PRADO, 2011, p.53).

O termo homofobia é comumente empregado como uma "referência a um conjunto de emoções negativas, (tais como aversão, desprezo, ódio, desconfiança, desconforto ou medo) em relação a homossexuais". (JUNQUEIRA, 2009a, p.114). Entretanto, entender apenas desse modo leva a minimizar efeitos e atitudes de indivíduos ou de grupo homofóbicos. Muito mais que desprezo, medo, aversão é também um fenômeno arbitrário que envolve discriminação, violência e preconceito, para inferiorizar o outro, qualificá-lo como abjeto, anormal, contrário (BORILLO, 2010).

Um fenômeno permeado por uma cultura constituída de padrões sociais normativos que naturalizam essa violência homofóbica, muitas vezes nem considerada como tal, de acordo com Junqueira (2009a). Formas de tratamento preconceituoso, constrangedor e ameaçador utilizados como artifícios de dominação, marginalização e silenciamento, contribuindo na reprodução de valores e concepções hegemônicas, na absolutização das sexualidades. Quantas famílias se silenciam diante de uma atitude homofóbica de seus filhos, quantos professores, quantas pessoas também. Torna-se um processo invisível, cotidiano e disseminado.

De acordo com Borillo (2010), a homofobia não pode ser reduzida apenas a uma questão de fobia, uma espécie de medo como a claustrofobia e a zoofobia, este foi o sentido original do termo, hoje essa perspectiva se mostra totalmente limitada, não abrange todo o fenômeno, tomado muitas vezes como um discurso médico, clínico e de práticas terapêuticas. Vale lembrar, a medicina e a clínica são campos de saber e poder, cujos parâmetros de discussões acerca da condição humana são produzidos nesse meio, assim, pode contribuir ou limitar compreensões e possibilidades de novos parâmetros nesse campo, Junqueira (2007).

Um exemplo seria a obsessiva preocupação por parte de estudiosos das áreas biológicas e da saúde em buscar as causas do desejo/afetividade homossexual (orgânicas, hormonais, ambientais, genética), no entanto, sem o mesmo interesse e empenho para buscar as causas da heterossexualidade. Junqueira (2007) acrescenta que existem mais de setenta teorias diferentes sobre as causas da homossexualidade.

Assim, as normas de gênero, o campo de definição do que é ser masculino e feminino, está intimamente relacionado com a homofobia, pois traduz a imposição de padrões referente aos gêneros, sancionando e legitimando apenas uma única sequência de construção dos desejos e afetividades. Para Junqueira (2007), o gênero é muito mais que o mediador, é o responsável por estabelecer a "suposta coerência entre anatomia, comportamento, sexualidade e identidade" (JUNQUEIRA, 2007, p.10), um sexo, referente a um gênero e consequentemente a uma orientação social, de modo bi-unívoco.

Não esquecendo que os padrões religiosos e morais estão profundamente ligados a esfera da sexualidade e na produção de discursos referentes a esse campo, grande parte contribui para um não aceitamento das diversas sexualidades ao estabelecer não apenas um desejo, afetividade ideal, mas também uma prática sexual.

Foucault (2012a) fala de um projeto médico da segunda metade do século XIX pelo qual a tecnologia do sexo foi amparada por uma medicina das perversões, articulada com a teoria da "degenerescência", buscava explicar pela hereditariedade o que era classificado como doenças psíquicas e orgânicas geradora de um 'perverso' sexual. Nessa teoria, a proposta era buscar a genealogia de um homossexual. Foucault (2012a) ressalta que nesse período essa teoria médica não era cientificamente insuficiente, possuía muitos respaldos e meios de estruturar-se. Havia uma união da psiquiatria, medicina legal, campo jurídico e os mecanismos de controle social que davam àquela prática um poder temeroso.

Os resquícios de uma medicalização no estudo da sexualidade estão presentes até os dias atuais. A noção de sexo "permitiu agrupar, de acordo com uma unidade artificial, elementos anatômicos, funções biológicas, condutas, sensações e prazeres" (FOUCAULT, 2012a, p.168), propiciando que certos conteúdos de biologia e fisiologia servissem de "princípio de normalidade para a sexualidade humana" (FOUCAULT, 2012a, p.169), gerou possibilidades a uma sexualidade anormal.

Retomando os saberes médicos e o discurso religioso, Fernandes (s/d), levanta uma questão importante, o diagnóstico da medicina ao declarar a homossexualidade como doença, patologia sexual e a religião como um pecado, perversão, esse diagnóstico contribuiu e ainda contribui para enrijecer ainda mais a cultura heteronormativa, pois estas ideias ainda continuam impregnadas e são transmitidas geração após geração.

Denominações e classificações que permanecem, mesmo sendo refutadas, como em 17 de maio de 1990 quando Organização Mundial da Saúde (OMS) retirou a homossexualidade da Classificação Internacional de Doenças (CID), ao realizar tal fato, afirmou que não constituía doença, distúrbio nem perversão, "[...] a OMS deu a sentença que marcaria apenas o início de uma longa jornada contra o preconceito" (FERNANDES, s/d, p.02). A substituição do termo homossexualismo por homossexualidade, pois o sufixo ismo remete a doença. Segundo Junqueira (2007), no Brasil o Conselho Federal de Medicina, a partir de 1985 e o de Psicologia, somente a partir de 1999, passam não considerar a homossexualidade entre esses três itens, doença, distúrbio e perversão.

Borillo (2010) utiliza a categoria heterossexismo, em vez de heteronormatividade, empregado por Louro (2009) e Junqueira (2007, 2009a e 2009b), o primeiro termo seria "crença na existência de uma hierarquia das sexualidades, em que a heterossexualidade ocupa posição superior" (BORILLO, 2010, p.31). Situa-se muito próximo da definição de heteronormatividade. Ambas as categorias produzem e regulam subjetividades, relações sociais, legitimam e hierarquizam corpos, estilos de vida, identidades e relações de poder, Junqueira (2007).

A compreensão de que a homofobia não é apenas uma manifestação dos indivíduos, mas também cultural, aliás, talvez haja uma 'aceitação' das homossexualidades na vida privada, mas quando vem a público reivindicar sua equivalência, reconhecimento, legitimação torna-se abominável, detestável.

Assim, a instituição dessas normatizações seria, nas palavras de Foucault (2012a), "um agenciamento da vida política, que se constitui, não através da submissão de outrem, mas numa afirmação de si" (p.135), articula-se uma dominação, mas com foco em uma auto-afirmação.

4 Corpo: suporte visível da identidade

Ao se falar em subjetividades, construção de sujeitos, não há como não pensar o corpo, e como este se torna uma referência, um *locus* desse processo. Desse modo, corpo seria:

> Mais do que um conjunto de músculos, ossos e vísceras, reflexos e sensações, o corpo é também a roupa e os acessórios que o adornam, as intervenções que nele se operam, a imagem que dele se produz, as máquinas que nele se acoplam, os sentidos que nele se exibem, os silêncios que por ele falam, os vestígios que nele se exibem, a educação de seus gestos... Enfim, é um sem limite de possibilidades sempre reinventadas e a serem descobertas. Não são, portanto, as semelhanças biológicas que o definem, mas, fundamentalmente, os significados culturais e sociais que a ele se atribuem (GOELLNER, p.29, 2003).

Essa perspectiva entende o corpo como algo produzido na cultura e pela própria cultura. Uma construção a qual são conferidas diferentes marcas do contexto em que se encontra inserido. Não é algo universal, mas sim mutável, provisório, submetido às leis, códigos, representações e as relações de poder que se criam sobre os corpos e os discursos que produz/reproduz.

O corpo também é construído pela linguagem, esta tem o poder de classificá-lo, nomeá-lo e defini-lo entre normalidades e anormalidades. Tais representações são efêmeras e inconstantes variando conforme o lugar e o tempo em que esse corpo é produzido.

É importante ressaltar que ao enfocar essa dimensão cultural do corpo não se nega a sua dimensão/materialidade biológica, mas não centra nesse aspecto as atribuições e determinações culturais, como já foi pensado, sendo que, até aquilo de mais natural não existe sem a intervenção da cultura, segundo Goellner (2009). Desse modo, o corpo é uma construção plural, social, cultural e histórica, sofre com os padrões sociais normativos, assim como o gênero e a sexualidade, inscritas nesse mesmo corpo.

A produção de corpos disciplinados é um processo contínuo, as crenças cristalizadas e hegemônicas saem de uma percepção diária e entram no campo da consciência abstrata, conforme Foucault (2012b). Assim, o corpo faz parte de um processo de coação, privação, obrigações e interdições numa busca de controle dos indivíduos e até mesmo das subjetividades, dessa maneira, o corpo ganha uma dimensão política, é investido por relações de dominação e poder, "elas o investem, o marcam, o dirigem, o supliciam [...]" (FOUCAULT, 2012b, p.29), um sistema de sujeição, tornado útil, mas ao mesmo tempo produtivo e submisso. Essa política dos corpos produz relações de poder/saber, logo:

> [...] o "corpo político" como conjunto de elementos materiais e das técnicas que servem de armas, de reforço, de vias de comunicação e de pontos de apoio para as relações de poder e de saber que investem corpos humanos e os submetem fazendo deles objeto de saber (FOUCAULT, 2012b, p.31).

Nessas relações de poder/saber (poder como estratégia, táticas, técnicas) os discursos, determinado saber articulado entre si, não estão localizados em nenhum tipo de instituição ou aparelho do Estado, mas nas próprias relações dentro da sociedade, são construídos e ganham força nessas redes de relações, tomam o corpo como objeto e alvo do poder, por meio de um controle minucioso, impondo uma relação de "docilidade-utilidade", - corpo manipulável – uma ideia de submissão, transformação e aperfeiçoamento, "entra numa maquinaria do poder que o esquadrinha, desarticula e recompõe". (FOUCAULT, 2012b, p.133).

Não simplesmente para se fazer o que quer, mas operar como se quer segundo as técnicas, rapidez e eficiência determinadas. Uma gestão dos corpos e da vida calculista, o suporte visível para a manifestação dessas relações de poder.

Nesse sentindo, enquanto um suporte visível da identidade do sujeito, o corpo torna-se um dos alvos para a manifestação da homofobia, principalmente na violência de cunho homofóbico, cada vez mais visível e presente na sociedade. A violação do corpo, seja referente a agressões ou a consequência mais grave e cruel dessas práticas, o homicídio, parte de motivações, isto é, o fato do agressor não aceitar a orientação sexual ou identidade da

vítima (gay, lésbica, travesti ou transexual). Esse modo de pensar corresponde aquilo que Honneth (2003) diz acerca do desrespeito à integridade corporal, faz com que o sujeito fique suscetível perante a vontade do outro, passível de humilhação e constrangimento, indo além de uma ideia de dor, aliada ao suplício.

Atos de extremo desrespeito a integridade corporal pelo qual importa apenas desestabilizar, minar tudo aquilo que põe a dominação heterossexista em cheque, ou seja, violar qualquer corpo e direito que não se encaixe dentro dessa relação, de modo sutil ou hostil, evidenciando uma ameaça constante à segurança de muitos sujeitos, que ficam sem respaldo para exigir justiça e respeito ao seu direito elementar: à vida e liberdade de vivê-la do jeito que achar melhor. E a homofobia "cai como uma luva" enquanto uma técnica de manutenção dessa relação de poder, da sustentação para esse processo de construção e permanência para esses discursos reguladores e produtores de subjetividades que legitimam e hierarquizam as sexualidades.

Um lugar social "desconfortável" que ainda é destinado a esses cidadãos e cidadãs brasileiras, "marcado pela experiência direta de humilhações, constrangimentos e violências físicas ou pela constante ameaça de vir a sofrê-las" (CARRARA e LACERDA, 2011, p.86). Uma espécie de alerta, suscetível de acontecer com todos (as), principalmente para aqueles que persistem em exibir sua não heterossexualidade no espaço público, rompendo com a ideia de que não deveria andar abraçado, se beijar e demonstrar afetividade nesses espaços, pois a "aceitação" social desses sujeitos se faz apenas no recolhimento, restrita a espaços privados e íntimos (CARRARA e LACERDA, 2011).

5 Considerações Finais

Conforme Louro (2001), as "minorias sexuais" estão mais visíveis, então a luta entre estas e os grupos conservadores também se torna mais explícita, logo, essa visibilidade tem efeitos opostos, ao mesmo tempo em que há uma maior aceitação da pluralidade sexual e até mesmo um consumo de seus produtos culturais, do outro lado, setores tradicionais fortalecem seus ataques, retomando valores unidimensionais de família e amor.

Tal embate demonstra que o grande desafio é assumir que as expressões de gênero e sexuais são plurais, que o binarismo não dá conta de abarcar essas totalidades, mas principalmente aceitar que as fronteiras são constantemente cruzadas, inclusive é o local onde muitos sujeitos se posicionam. Deve-se ressaltar que há uma diversidade 'infinita' na maneira de ser homem, mulher, feminino, masculino, homossexual, heterossexual, travesti, transexual

e desarticular aquela ideia de que sexo, gênero e sexualidade são pólos opostos, uma contradição onde estar de um lado implica necessariamente não estar do outro. Assegurar autonomia e pluralidade no processo de construção dos sujeitos é fundamental, assim como lutar por uma política de reconhecimento e discursos não opressivos para uma valorização e aceitação de todas essas expressões.

Segundo Viana (2009), é necessário levar em consideração que o termo homossexualidade é uma construção histórica e social como qualquer outro termo, não expressa uma realidade em si, apenas um produto do vocabulário moderno. Se não fosse esse arsenal de designações "homossexualidade e heterossexualidade seriam meras identidades socioculturais que condicionam nossas maneiras de viver, sentir, pensar, amar, sofrer etc., e não uma lei universal da diferenças de sexos" (VIANA, 2009, p.70).

As homossexualidades são simplesmente uma manifestação desse pluralismo, uma forma de sexualidade tão autêntica quanto às demais, igualmente os distintos formatos de compor-se feminino e/ou masculino.

A sexualidade é um dispositivo histórico e uma construção social que estruturam relações de poder para a formulação de uma política do sexo, estabelecendo técnicas e estratégias corretivas para uma auto-(re) produção da sexualidade dentro de seus controles e por meio de seus discursos de uma concepção singular de sexualidade.

A homofobia seria uma reprodução desse quadro de convicções e condutas derivada desses preceitos normalizadores de subjetividades, corpos e sujeitos. Revelada em práticas de preconceito, discriminação e violência, recusando uma concepção de cidadão integral que tem plenos direitos de pertencimento e reconhecimento. Trata-se de um processo arbitrário, um não vislumbramento desses indivíduos que compõem as sexualidades não-hegemônicas enquanto sujeitos de direitos pelas instituições e pela coletividade. E a essas pessoas às quais é denegado o reconhecimento, cabe lutar não apenas por este, mas também pelos direitos, reivindicando a igualdade formal já estabelecida, mas que também seja legitimada, garantida e reconhecida.

A sexualidade se tornou alvo de muitos olhares com objetivos e perspectivas divergentes e ainda hoje permanece objeto de vigilância e controle, mas com olhares ampliados gerando novos discursos, padrões e sanções.

6 Referências

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina.** 2ª ed. RJ; Ed. Bertrand Brasil, 2002.

BORILLO, Daniel. **Homofobia: História e crítica de um preconceito.** Belo Horizonte; Autêntica Editora, 2010.

CARRARA, Sérgio; LACERDA, Paula. Viver sob ameaça: preconceito, discriminação e violência homofóbica no Brasil. In: VENTURI, Gustavo; BOKANY, Vilma. (orgs.). **Diversidade Sexual e Homofobia no Brasil.** São Paulo; Ed. Fundação Perseu Abramo, 2011.

FERNANDES, Valdisio. **O movimento GLBT – Gays, Lésbicas e Transgêneros.** s/d. Disponível em: </O%20Movimento%20GLBT_Gays%20L%E9sbicas%20e%20Transg%EAneros.pdf> Acesso em 30 de julho de 2014.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I**: a vontade de saber. 22ª ed. Edições Graal, RJ; 2012a.

_____. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. 40ª ed. Petrópolis, RJ; Vozes, 2012b.

GOELLNER, Silvana Vilodre. O corpo como *locus* de identidade de sexual e de gênero. In: XAVIER FILHA, C.(org.). **Educação para a sexualidade, para a equidade de gênero e para a diversidade sexual.** Campo Grande - MS; Editora UFMS, 2009.

_____. A produção cultural do corpo. In: LOURO, Guacira; FELIPE, Jane; GOELLNER, S. V. (orgs.). **Corpo, Gênero e Sexualidade: um debate contemporâneo na educação.** Petrópolis – RJ; Vozes, 2003.

HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais**. São Paulo; Ed. 34, 2003.

_____. **Homofobia: limites e possibilidades de um conceito em meio a disputas.** Bagoas: Estudos Gays - gêneros e sexualidades, Natal - RN, v.1. n.1, p. 145-166, 2007.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. Diversidade sexual e Homofobia: a escola tem tudo a ver com isso. In: XAVIER FILHA, C.(org.). **Educação para a sexualidade, para a equidade de gênero e para a diversidade sexual.** Campo Grande - MS; Editora UFMS, 2009a.

LOURO, Guacira Lopes. **Currículo, Gênero e Sexualidade.** Lisboa; Porto Editora, 2000.

_____. **Teoria Queer**: Uma Política Pós-Identitária para a Educação. Revista Estudos Feministas, Florianópolis - SC, v. 9, n° 2/2001, p. 541-553.

_____. Heteronormatividade e homofobia. In: JUNQUEIRA, R. D. (org.). **Diversidade sexual na educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas.** Brasília; Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2009.

SEFFNER, Fernando. Identidade de gênero, orientação sexual e vulnerabilidade social. In: VENTURI, Gustavo; BOKANY, Vilma. (orgs.). **Diversidade Sexual e Homofobia no Brasil.** São Paulo; Ed. Fundação Perseu Abramo, 2011.

VIANA, Waldiane Sampaio. **Manifestações homofóbicas em espaços públicos**: praças da Gentilândia em Fortaleza. Dissertação (Mestrado em Sociologia) Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Universidade Federal do Ceará, Fortaleza - CE, 2009, 141 p.